

Carta dos Editores

Flavio Gaitán e Francisco Duarte

Este número da Revista *Desenvolvimento em Debate* reúne artigos que analisam, sob distintas perspectivas teóricas e metodológicas, os múltiplos desafios do desenvolvimento econômico, social e ambiental em contextos marcados por profundas transformações sociais, econômicas, políticas e ambientais.

O artigo “*O uso do Policy Dismantling Approach’ em obras da literatura brasileira sobre políticas públicas*”, de Lauro Mattei, realiza uma sistematização crítica da forma como a literatura acadêmica no Brasil tem incorporado ou negligenciado o arcabouço analítico do “Policy Dismantling Approach” para interpretar o desmonte das políticas públicas no período de 2016 a 2022. A partir da análise de um conjunto de livros, Mattei classifica a produção nacional em três grupos conforme o grau de apropriação teórica do conceito: obras que não o utilizam, aquelas que o mencionam pontualmente, e aquelas que o aplicam de forma mais sistemática. Esse mapeamento revela que, embora o debate sobre o desmonte tenha se intensificado na conjuntura recente, muitas análises ainda carecem de fundamentação conceitual rigorosa e de diálogo com a literatura internacional.

Ao promover uma leitura crítica e comparada, o artigo contribui para o fortalecimento de uma agenda analítica mais sofisticada sobre mudança institucional, fornecendo subsídios teóricos importantes para estudos sobre temas de importância para o Brasil e outros países da região; em particular, crise democrática, desmantelamento de políticas, regressão institucional e redefinição do papel do Estado. Recupera, assim, a importância de ferramentas conceituais que permitam não apenas descrever retrocessos, mas compreender seus mecanismos, estratégias e efeitos sobre o tecido social e institucional.

O artigo a seguir, “*Determinantes da insegurança alimentar em contextos urbanos: o estado do Ceará em perspectiva*”, de Christiane Luci Bezerra Alves, Eliane Pinheiro de Sousa, Maria Josiell Nascimento da Silva, Anderson da Silva Rodrigues, analisa, com base em microdados da PNAD Contínua 2023 e por meio de regressão logística, os principais fatores que explicam a insegurança alimentar grave nos domicílios urbanos do Estado de Ceará. O estudo identifica que a renda domiciliar per capita, a escolaridade, a raça/cor e o sexo da pessoa de referência, bem como a presença de idosos ou crianças no domicílio, estão fortemente associados à maior ou menor chance de insegurança alimentar. Entre os achados mais relevantes está a constatação de que domicílios chefiados por mulheres e pessoas negras, com baixos rendimentos e escolaridade limitada, são mais vulneráveis à privação severa de alimentos.

O trabalho contribui para o campo do desenvolvimento demonstrando a articulação entre desigualdades estruturais e políticas públicas, evidenciando também o papel das aposentadorias e transferências sociais na mitigação da fome. Assim, a pesquisa reforça a importância de políticas redistributivas e de proteção social para a garantia do direito humano à alimentação, sobretudo em contextos urbanos e desiguais como os do Estado de Ceará.

Na sequência, Paulo José Whitaker Wolf, autor do artigo “*Licença para cuidar*”, oferece uma contribuição significativa para os estudos sobre políticas sociais ao analisar, de forma teórica, histórica e empírica, os benefícios de pensões de maternidade, paternidade e parentais nos países nórdicos. O trabalho examina como Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega e Suécia

avançaram na universalização, duração e flexibilidade desses direitos. O autor argumenta que tais políticas têm papel central na promoção do bem-estar, na redução de desigualdades de gênero e no fortalecimento da coesão social, oferecendo evidências comparadas e indicadores robustos que comprovam a efetividade dessas iniciativas.

Além de iluminar a relevância dos benefícios parentais para o desenvolvimento infantil e a equidade entre homens e mulheres, o artigo mostra que essas políticas também impulsionam o desempenho econômico ao estimular a permanência no mercado de trabalho e ao melhorar a produtividade e a saúde das famílias. Assim, o texto contribui de maneira decisiva para os debates sobre modelos de proteção social e desenvolvimento, demonstrando como a mobilização pública em torno do cuidado pode ser estruturante para sociedades mais justas e sustentáveis.

O artigo seguinte, *“Inovações Tecnológicas na Agricultura Familiar: uma análise das dinâmicas tecnológicas em estudos empíricos”*, de Liana Mendonça Goñi, Rodrigo Novakoski, Lucas Silva de Souza, Alvorí Ahlert e Altevir Signor Mendonça Goni oferece uma contribuição para o debate sobre desenvolvimento rural ao examinar, com base em 26 estudos empíricos avaliados por pares entre 2003 e 2022, os principais tipos de inovações tecnológicas implementadas na agricultura familiar brasileira. Assim, a partir de uma análise de conteúdo sistemática, o estudo evidencia que, quando apropriadas às realidades socio-territoriais dos agricultores familiares, as inovações tecnológicas podem favorecer ganhos econômicos, sociais e ambientais, ao mesmo tempo em que fortalecem a capacidade local de geração de novas inovações.

A principal contribuição do artigo reside na identificação de que políticas públicas, universidades, cooperativas e instituições de assistência técnica desempenham papel central na criação de espaços inovadores, ao passo que as chamadas inovações “rígidas” (aquelas descoladas da realidade dos territórios) reforçam vulnerabilidades e desigualdades. Ao destacar a importância de inovações adaptadas à diversidade regional e ao conhecimento local, o estudo oferece subsídios valiosos para a formulação de estratégias de desenvolvimento mais justas, sustentáveis e inclusivas no meio rural.

O artigo *“Desempenho competitivo entre agricultura familiar e patronal no semiárido e não semiárido do Nordeste brasileiro”*, de José Ediglê Alcantara Moura, Kilmer Coelho Campos, Eliane Pinheiro de Sousa, José de Jesus Sousa Lemos e Cristiano Stamm, apresenta uma contribuição empírica ao medir e comparar a competitividade da agricultura familiar e patronal em 1.238 municípios do Nordeste, por meio do Índice de Desempenho Competitivo da Agricultura no Nordeste (IDCAN). Assim, utilizando técnicas estatísticas (análise fatorial, de clusters e correlações canônicas), os autores demonstram que a agricultura patronal apresenta, em média, desempenho superior à familiar, embora esta última mostre melhores resultados em alguns municípios do semiárido potiguar. A pesquisa evidencia grandes disparidades entre os territórios, destacando a baixa competitividade nos municípios maranhenses e a limitada eficácia dos recursos das políticas públicas de desenvolvimento rural em promover ganhos expressivos à agricultura familiar.

Ao propor uma abordagem multivariada e desagregada geograficamente, o estudo amplia o entendimento sobre os fatores estruturais e institucionais que condicionam o desempenho agrícola no Nordeste em particular, fornecendo elementos analíticos relevantes para a formulação de políticas públicas mais eficazes e territorialmente focalizadas. Assim, a pesquisa contribui diretamente para os debates sobre desenvolvimento regional, combate às desigualdades e fortalecimento das economias locais.

O artigo seguinte, *“Efetividades do Programa Bolsa Família em Perspectivas Locais: um olhar sobre a segurança alimentar dos beneficiários no município de Matão-SP”*, de Lígia Maria de Aquino, Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida, Leandro de Lima Santos e Alecio Rodrigues de Oliveira oferece uma contribuição ao debate sobre políticas públicas de combate à pobreza e à insegurança alimentar. A partir de uma combinação de métodos qualitativos e quantitativos, e com base em entrevistas realizadas com cem famílias beneficiárias, o estudo identifica os impactos concretos do programa nas condições de vida dos usuários. Entre os principais achados, destaca-se que, embora o Bolsa Família contribua para a melhora na alimentação e no acesso a bens essenciais, altos índices de insegurança alimentar persistem, sobretudo entre famílias com baixa escolaridade, trabalho informal ou presença de doenças crônicas. A pesquisa também evidencia o papel central das redes locais de proteção social e dos CRAS na operacionalização e acolhimento dos beneficiários.

Os resultados reforçam a necessidade de integração entre políticas de renda, saúde, educação e alimentação escolar, bem como a importância da capacitação profissional e da gestão municipal qualificada para garantir a efetividade do programa. Ao articular evidência empírica detalhada com marcos analíticos consistentes sobre segurança alimentar, transferência condicionada de renda e vulnerabilidade social, o artigo contribui para a compreensão dos limites e das potencialidades dos programas de transferência de renda em contextos locais.

Na sequência, o artigo *“O contexto das conjunturas e a análise das trajetórias das políticas públicas: a experiência da implementação da Base Nacional Comum Curricular em nível local”*, de Maria Michelle Fernandes Alves e Breyner Ricardo de Oliveira, propõe uma análise aprofundada da trajetória da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no município de Contagem, no Estado de Minas Gerais, articulando formulação e implementação da política educacional em uma perspectiva multinível. Com base em uma metodologia qualitativa, em levantamento documental e entrevistas, os autores demonstram como a conjuntura nacional, marcada por disputas políticas, interferiu diretamente no processo de implementação local, revelando tanto as possibilidades quanto os limites da coordenação federativa e da colaboração entre entes.

A principal contribuição do artigo para o campo do desenvolvimento está na demonstração empírica de que políticas educacionais nacionais, como a BNCC, ao serem apropriadas localmente, percorrem trajetórias singulares que dependem das capacidades institucionais, da autonomia dos sistemas de ensino e da articulação entre atores locais. O estudo evidencia que a antecipação da implementação da BNCC em Contagem resultou de escolhas políticas, mas também de estruturas administrativas específicas, indicando que municípios com maior capacidade de gestão têm maior poder de formulação territorial. Essa análise contribui para compreender os desafios de uma política de desenvolvimento educacional equitativa e efetiva em contextos federativos heterogêneos.

Por fim, o ensaio *“Becoming Brazil: An Interpretive Essay”*, de Gail Triner, propõe uma leitura histórica de longa duração sobre o Estado brasileiro, examinando como as heranças coloniais moldaram a trajetória do país desde a independência até o século XXI. Em particular o trabalho examina elementos como o personalismo político, a centralidade dos recursos naturais e as profundas desigualdades. A autora argumenta que, embora o Brasil tenha passado por sucessivos ciclos de reforma institucional, modernização econômica e ampliação dos direitos sociais, a permanência de estruturas hierárquicas e autoritárias tem restringido a efetivação de uma cidadania plena e equitativa.

A principal contribuição do ensaio para o debate sobre desenvolvimento reside na articulação entre passado e presente. Triner mostra como a consolidação de um Estado moderno no Brasil tem sido continuamente tensionada por interesses patrimonialistas, práticas excludentes e dependência de *commodities*. Ao destacar os limites históricos da participação política, da justiça social e da distribuição da riqueza, o texto contribui criticamente para o entendimento dos obstáculos estruturais ao desenvolvimento sustentável e democrático no país. Trata-se de uma análise que oferece não apenas uma interpretação histórica, mas também fundamentos importantes para repensar caminhos futuros de transformação institucional e inclusão cidadã.

Considerados em conjunto, os artigos do presente número da revista *Desenvolvimento em Debate* oferecem uma contribuição ao campo multidisciplinar dos estudos sobre desenvolvimento, articulando diferentes enfoques disciplinares, contextos territoriais e escalas de análise.

Boa leitura!